

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.824 - SP (2019/0342286-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : ERICK WILLIAM FERIOLI
ADVOGADO : JULIANA CRISTINA BORCAT - SP259170

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Colhe-se dos autos que o recorrido foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput* e § 1º, I, da Lei n. 11.343/2006, pelo fato de importar 25 sementes de maconha.

O Juízo de primeiro grau condenou o recorrido nos exatos termos da denúncia, à pena de 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão, em regime aberto, substituída a reprimenda (e-STJ fls. 175/182).

O Tribunal de origem, por maioria, deuiu provimento á apelação interposta pela defesa, para absolver o recorrido, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 256):

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 33, CAPUT, §1º, INC. I, DA LEI 11.343/2006. IMPORTAÇÃO DE SEMENTE DE MACONHA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO.

1. A semente da maconha corresponde à matéria-prima destinada à preparação de substância entorpecente. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e das Cortes Federais.
2. No caso dos autos, a denúncia imputou ao apelante a conduta de importar 25 (vinte e cinco) sementes de maconha em desacordo com normas legais e regulamentares.
3. Deveras, o artigo 34, da Lei nº 10.711/2003 proíbe a importação de sementes desprovidas de inscrição no Registro Nacional de Cultivares e, mesmo nas hipóteses em que é permitida, ela pressupõe autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do artigo 105 do Decreto nº 5.153/2004, que regulamentou a mencionada lei.

4. Como a importação se deu em pequena quantidade e ausente o propósito comercial, não há que se falar em punição dos atos contidos na conduta perpetrada pelo agente, por serem atípicos, em razão da aplicação da teoria da bagatela.

5. Recurso prejudicado. Réu absolvido de ofício, nos termos do artigo 386, III, do Código de Processo Penal.

Dáí o recurso especial, no qual se alega existência de afronta ao art. 33, § 1º, I, da Lei n. 11.343/2006, ao art. 386, III, do Código de Processo Penal. Pretende o *Parquet*, em suma, o provimento do recurso, "para que se afaste a aplicação do princípio da insignificância do princípio da insignificância, 1) restabelecendo-se a condenação do apelante, proferida em primeiro grau, pela prática do crime do art. 33, § 1º, c/c art. 40, inc. I, da Lei 11.343/2006; e 2) restituindo-se o feito ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, apenas para a apreciação dos fundamentos do apelo não apreciados, relativos à impugnação à dosimetria da pena realizada pelo Juízo Federal de piso" (e-STJ fls. 293/294).

Contrarrazões às e-STJ fls. 298/311.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do apelo extremo, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 331):

RECURSO ESPECIAL TRÁFICO DE DROGAS NA MODALIDADE DE IMPORTAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA (ART. 33, § 1º, INCISO I, DA LEI 11.343/2006). IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE MACONHA. ABSOLVIÇÃO DO RÉU EM SEGUNDA INSTÂNCIA, PELA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PLEITO MINISTERIAL DE RESTABELECIMENTO DA CONDENAÇÃO. INVIABILIDADE. ATIPICIDADE DA CONDUTA. REDUZIDA QUANTIDADE DE SEMENTES. PRECEDENTES DO STF E DA SEXTA TURMA DESSE E. STJ.

PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

É o relatório. Decido.

A questão ora em debate diz respeito à definição da conduta de importação de pequena quantidade de sementes de maconha (no caso, 25 unidades) como tráfico de drogas.

Assim estão definidas as ações nucleares do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e seus desdobramentos, a saber:

Art. 33. **Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas**, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem:

I - **importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;**

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

Pois bem, o art. 1º, parágrafo único, do normativo em comento estabelece que *"Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União"* (grifei).

Tendo em vista que a semente de maconha não possui em sua composição a substância psicotrópica e causadora de dependência, o THC (tetraidrocanabinol), pelo menos não em teor relevante, não pode ser classificada como "droga", de modo que a conduta em questão não se amoldaria ao núcleo "importar" do *caput* do dispositivo em referência.

E, ainda que os frutos aquênios da maconha não se encaixem no conceito de droga, por não possuírem compostos químicos para tanto, configuram matéria-prima para

obtenção do entorpecente, após processo de plantio e germinação.

Todavia, em casos como o dos autos, em que a quantidade de grãos é ínfima, não vejo motivo para considerar a prática como revelante o suficiente a imputar ao recorrente um ilícito penal.

Isso porque o pequeno número de frutos importados não seria suficiente para extração do princípio ativo – THC (tetraidrocanabinol), pois, como visto, tal substância na semente é inexpressiva.

Ademais, estudos científicos já comprovaram que a probabilidade de que pequenas quantidades de sementes originem plantas fêmeas que contenham as flores das quais se extraia a substância entorpecente é remotíssima.

Assim é que a conduta ora em análise dificilmente redundaria em uma ação típica (colheita de uma planta que trouxesse em sua composição substância psicotrópica).

Acerca da aplicação do princípio da insignificância em casos como o dos autos, confira-se a jurisprudência desta Casa, *in verbis*:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. IMPORTAÇÃO DE PEQUENA QUANTIDADE DE SEMENTES DE MACONHA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. RECURSO EM HABEAS CORPUS PROVIDO.

1. Por ocasião do julgamento do AgRg no REsp n. 1.658.928/SP (Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura), ocorrido na sessão do dia 5/12/2017, esta colenda Sexta Turma, por maioria, firmou o entendimento de que, "tratando-se de pequena quantidade de sementes e inexistindo expressa previsão normativa que criminaliza, entre as condutas do artigo 28 da Lei de Drogas, a importação de pequena quantidade de matéria-prima ou insumo destinado à preparação de droga para consumo pessoal, forçoso reconhecer a atipicidade do fato". Ressalva deste relator.

2. Recurso em habeas corpus provido, para reconhecer a atipicidade da conduta atribuída ao recorrente e, por conseguinte, determinar o trancamento do Processo n. 00154184920144036181, da 9ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de São Paulo. (RHC 71.812/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 08/03/2018.)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO DE DENÚNCIA.

IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CANNABIS SATIVA LINEU. MATÉRIA-PRIMA PARA PRODUÇÃO DE DROGA. PEQUENA QUANTIDADE DE MATÉRIA PRIMA DESTINADA À PREPARAÇÃO DE DROGA PARA CONSUMO PESSOAL. FATO ATÍPICO.

1. O fruto da planta cannabis sativa lineu, conquanto não apresente a substância tetrahydrocannabinol (THC), destina-se à produção da planta, e esta à substância entorpecente, sendo, pois, matéria prima para a produção de droga, cuja importação clandestina amolda-se ao tipo penal insculpido no artigo 33, § 1º, da Lei n. 11.343/2006.

2. Todavia, tratando-se de pequena quantidade de sementes e inexistindo expressa previsão normativa que criminaliza, entre as condutas do artigo 28 da Lei de Drogas, a importação de pequena quantidade de matéria prima ou insumo destinado à preparação de droga para consumo pessoal, forçoso reconhecer a atipicidade do fato.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.658.928/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 12/12/2017.)

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator